

Conversão de dívida deve se

completar com a adoção de outras medidas



Ademir Barbosa

Suzi Mautiner (E), Benedito Guidolin, Eduardo da Rocha Azevedo, Laerte Setubal Filho, Poul Schultz, Luis Fernando Antonio, José Luiz de Freitas Valle, Carlos Alberto Nicolini (D).

Buscar soluções de mais longo prazo para a grave situação das contas públicas, privatizar as estatais e colocar em prática uma política econômica responsável, são algumas das necessidades imediatas do país, segundo afirmou em palestra na Associação Brasileira dos Executivos de Comércio Exterior (ADECE) o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), Eduardo da Rocha Azevedo.

Na reunião-almoço presidida dia 9 por Benedito Guidolin, Rocha Azevedo começou lembrando: "Mecanismos de conversão da dívida externa em investimento direto têm sido implantados nos últimos dois anos pelos países devedores do Terceiro Mundo. México, Argentina, Chile e Filipinas, dentre outros, adotaram programas de conversão com diferentes estruturas, extensões e, por decorrência, diferentes resultados.

"A idéia de transformar títulos da dívida externa em capital, acionário de empresas do país devedor não é nova — disse —. Na realidade, essa idéia já podia ser encontrada nas legislações do Brasil e do Chile, no tocante aos investimentos estrangeiros, muito antes do surgimento da crise da dívida externa nesses países.

"Do meu ponto de vista, a atual regulamentação dos esquemas de conversão da dívida no Brasil é bastante satisfeita, cabendo reconhecer o avanço representado pelas atuais regras, em relação à excessiva timidez das propostas iniciais.

"Na medida em que privilegiam os mecanismos de mercado na fixação do deságio a ser aplicado sobre os créditos convertidos, além de respeitarem a regulamentação dos investimentos estrangeiros de risco já existentes no país, as novas regras lograram evitar que uma preocupação excessiva com o controle desses investimentos chegasse ao ponto de inviabilizá-los.

"É importante, todavia, compreendermos que a solução, de forma madura e definitiva, de nossa relação com a comunidade industrial e financeira internacional, exige que abandonemos a arrogância da auto-suficiência. Esta levou-nos, de fato, ao pesadelo do isolamento, ao risco da obsolescência do parque industrial e à perda de um padrão de relacionamento recíproco, que custou décadas de esforços sério para se consolidar.

"No plano interno, é preciso considerar a necessidade de que o processo de conversão de dívida esteja vinculado a um projeto mais amplo, que privilegie a abertura de capital de empresas e a privatização de empresas estatais, como instrumentos para o fortalecimento da empresa privada no Brasil, tornando-a moderna, democrática e economicamente competitiva.

"Dentro dessa perspectiva, a associação do processo de capitalização da dívida a um programa de efetiva privatização de empresas estatais, a viabilização dos investimentos estrangeiros através de fundos de conversão e o uso do

mesmo processo na abertura de novos mercados para os produtos brasileiros, representam instrumentos — e, certamente, existirão outros — para o deseável fortalecimento dos setores produtivo e financeiro nacionais e das suas relações com os mercados internacionais. Por seu turno, a maior integração brasileira, como economia receptora de novos fluxos de investimentos estrangeiros e como exportadora de produtos competitivos, depende de uma política econômica que seja propícia ao investimento produtivo privado de uma forma global.

"No caso específico das exportações, em particular daqueles produtos sem tradição no comércio exterior ou com baixo poder de competitividade, a conversão de dívida pode representar importante instrumento de alavancagem, abrindo novas fronteiras para os produtos brasileiros.

"Isto significa pôr ordem na casa. Aqui refiro-me à necessidade de, efetivamente, colocar-se em prática uma política econômica responsável, como a que tem sido desenhada pelo ministro da Fazenda Mallon Ferreira da Nóbrega, que respeite a aritmética elementar de que não se pode gastar mais do que se possui.

"Dado o primeiro passo, resta afastar as indefinições que ainda marcam o horizonte político e econômico brasileiro e que tanto têm pesado nas decisões de investimento dos últimos anos. Ao mesmo tempo, falta implementar soluções de mais longo prazo para a grave situação das contas públicas.

"Para isso, é inadiável a privatização das empresas estatais. Mais do que qualquer argumento, é a própria ausência de perspectiva de recuperação da capacidade de investimento do Estado, dentro das atuais circunstâncias, que justifica o processo onde o investimento privado, ampliado em sua base pela entrada de novos investidores, passe a ser a mola propulsora do crescimento econômico, como deve ser o capitalismo moderno.

"Observar a viabilidade econômica das empresas a serem privatizadas e buscar a total transferência para o setor privado dos riscos e retornos inerentes às suas atividades, são, a meu ver, as condições fundamentais para que o processo de privatização torne-se realmente efetivo e parte de um processo mais amplo, que inaugure novas relações entre governo e setor privado, e entre capital e trabalho, a partir da abertura do capital das empresas e da participação dos trabalhadores no capital dessas empresas.

"O enorme potencial de nossa economia e a capacidade empreendedora dos brasileiros reforçam a minha convicção de que a opção da sociedade brasileira por um capitalismo moderno será materializada de modo irreversível.

"A conversão da dívida em capital de risco marcará, simbólica e concretamente, um passo na direção de um Brasil integrado à economia mundial e à altura dos desafios econômicos, sociais e tecnológicos das próximas décadas", completou Rocha Azevedo.